

DILEMA

NÃO concordo com muitos pontos da conferência do coronel Albino Silva no Clube Militar. Não vejo, por exemplo, por que motivo uma representação contra a administração da Petrobrás, como aquela feita pelo coronel Alexínio, seja a reabertura do «front» da batalha contra o monopólio do Estado. Sem entrar no mérito das críticas feitas pelo coronel Alexínio à administração do coronel Janari Nunes, o que não posso aceitar é que se interprete como ato contra a Petrobrás ou seu monopólio qualquer crítica feita à sua administração. A administração da Petrobrás, seja ela qual for, pode e deve ser criticada com toda franqueza e publicidade; trata-se de uma empresa imensa e poderosa que pertence a toda a Nação e que precisa ser incessantemente fiscalizada por todos. Um administrador capaz e honesto não somente deve suportar como desejar a crítica — para rebatê-la se for injusta ou aproveitá-la, se for construtiva.

O coronel Alexínio prestou um grande serviço ao Brasil trazendo ao debate amplo alguns problemas gravíssimos que estavam sendo manipulados da maneira mais estranha. Colocá-lo na trincheira oposta ao do monopólio estatal é uma injustiça do coronel Albino, que parece ser um temperamento tão apaixonado como o seu colega de farda.

A diferença de opinião dos dois é nítida. Em resumo: o coronel Alexínio é favorável ao acôrdo de Roboré, e acha que o Brasil deve cumpri-lo à risca. O coronel Albino entende que esse acôrdo é contra o interêsse nacional, pois assumimos compromissos demasiadamente pesados.

Acho respeitável qualquer um desses pontos de vista, embora simpatize mais com o primeiro. O presidente Juscelino deve decidir, e a curto prazo, entre um e outro. Ou nossa diplomacia andou errada e devemos denunciar o acôrdo (coisa fácil, pois a Bolívia acolheria isso com satisfação) ou andou certa e devemos dar cumprimento imediato ao que se combinou.

A posição que não me parece defensável é a do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Quem levar as últimas conseqüências todos os raciocínios e argumentos do sr. Roberto Campos e seus companheiros chegará forçosamente à conclusão de que o Brasil não deve, nem mesmo pode se meter com o petróleo boliviano. O diabo é que eles mesmos não dizem isso: em princípio parecem admitir o acôrdo; admitir, por exemplo, que o país se comprometa a construir oleoduto e gasoduto no valor mínimo de 150 milhões de dólares; na prática dizem que não podemos nem devemos arriscar 15 milhões de divisas, nem mesmo com a fórmula protelatória do «swap».

O Conselho Nacional de Petróleo, o Itamarati e, em última análise, o presidente da República estão na iminência de tomar uma decisão histórica. O pior que poderão fazer é o que o BNDE recomenda como a melhor fórmula: irem os brasileiros à Bolívia a réboque do capital norte-americano.

Ou temos peito, ou não botamos banca. Melhor será desistir claramente da aventura subandina e concentrar nossos esforços na Petrobrás. Se não podemos «fazer Continente», fiquemos em casa. Creio que até o próprio chanceler Macedo Soares, que a duras penas conseguiu esse acôrdo de Roboré, concordará comigo. Falsear a letra e o espírito do acôrdo com esses financiamentos aleatórios é fazer ao mesmo tempo um mau negócio e um papel ridículo.